

A POBREZA E O CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Francisco Edjânio Rodrigues Ferreira

Graduado em Geografia pela UERN

edjaniogeo@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar a relação existente entre a pobreza e o currículo da educação do campo, fazendo um resgate teórico e conceitual sobre os principais acontecimentos históricos que representam o desenvolvimento da educação brasileira e as lutas para a efetivação de uma educação voltada para a população que vive no meio rural. Inicialmente apresenta-se um histórico da educação do campo no Brasil, referenciada por autores como ARROYO (2004), THOMPSON (1978) e CALDART (2007), que reforçam as ideias apresentadas. A educação do campo nas leis dará continuidade ao desenvolvimento deste trabalho, afirmando as principais conquistas legais já conseguidas e seus desdobramentos. Em seguida aparece a educação como reprodutora da pobreza, o tratamento dado a essa situação dentro das escolas que deveriam ser desmistificadora dessa problemática. Discute-se também a respeito da desigualdade de renda e as repercussões na educação brasileira, para que em seguida aborde o modo de vida no campo, refletindo as vivências, cultura e expressões sociais. Diante da trajetória da educação do campo buscaremos refletir sobre a sua desvalorização na perspectiva de emancipação do cidadão. Assim, para retratar a realidade da escola do campo o currículo e suas formas de abrangência sua apresentação será baseada em fundamentações teóricas, para dessas conclusões entender como o livro da educação do campo é elaborado e trabalhado nas escolas.

Palavras-chave: Educação do campo. Pobreza. Currículo. Escola.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo fazer uma análise do processo histórico da educação do campo no Brasil e sua trajetória de efetivação diante da realidade social do país, buscando refletir qual a relação da educação e a pobreza. Para isso será necessário fazer um resgate histórico conceitual sobre a educação do país desde o período colonial que remete a introdução das primeiras escolas e seus objetivos educacionais e religiosos voltados para os paradigmas das investidas dos europeus.

A partir desse pressuposto perceberemos que a educação brasileira sempre esteve ligada a interesses das classes dominantes, desconsiderando totalmente o modo de vida, condição social e os costumes dos principais agentes envolvidos nesse processo. Com o modelo educacional implantado e com representatividade marcada por interesses políticos da elite, a educação para a população que vive no campo tem suas conquistas marcadas por constantes lutas de movimentos sociais que defendem uma educação do campo e para o campo, como será apresentado no desenvolvimento deste trabalho.

Diante das lutas e conquistas sociais será abordado também, como a educação do campo aparece amparada nas leis, sendo apresentado o percurso das principais conquistas já efetivadas. Nesse contexto, a educação deve ser analisada diante de sua contextualização com a pobreza, buscando respostas de como as práticas pedagógicas escolares tratam essa realidade, se existe discussões dentro das salas de aula sobre essa diversidade social, que tem raízes fincadas na cultura da miséria que se distingui totalmente da pobreza. Ou se a educação está contribuindo para a reprodução da pobreza, entendida assim pelos que vivem essa realidade, estará à escola levantando hipóteses sobre essa temática e envolvendo os agentes que vivem essa realidade para a promoção da sua formação.

Uma das barreiras que sinaliza para a reprodução da pobreza é a desigualdade de renda no Brasil, onde pessoas em situação de vulnerabilidade social vivem muitas vezes apenas de recursos obtidos por programas sociais do governo. A desigualdade social é um reflexo também da falta de estrutura na assistência básica como na educação, apresentando déficit nas suas condições físicas, falta de materiais e formação humana para atender de forma que promova essa população que vivem em situações de pobreza.

Desse modo, o percurso do processo histórico da educação no Brasil

apresentou uma desvalorização da educação e o modo de vida dos envolvidos, principalmente o modo de vida no campo. Sendo necessário fazer lutas através de movimentos sociais para garantir uma educação que atendesse essa parcela da população, que só durante um longo período veio a ser garantida por lei. Mesmo com tais direitos adquiridos é preciso que se apresente nos currículos da educação do campo a reafirmação dos seus costumes, valores e afirmação social. A escola deve ser uma extensão da comunidade incluindo nas suas práticas pedagógicas o reconhecimento do aluno enquanto ser transformador da sua realidade, sem precisar criar outra identidade. Por último os valores e as particularidades do campo devem estar inseridas dentro dos livros didáticos, para que dessa forma aconteça uma articulação dos conteúdos curriculares e uma educação do campo para o campo.

2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

O contexto da educação do campo no Brasil tem sua trajetória ligada a tempos passados desde a formação e ocupação do povo brasileiro neste território. Por motivos socioculturais a educação do campo no país, esteve sempre voltada para uma ideologia das elites dominantes, remetendo sempre a planos inferiores, configurada pelo processo de educação imposto pelos jesuítas, pelo qual ignorava os saberes do campo. Os jesuítas e seu projeto de educação traziam propostas descontextualizadas do modo de vida da população que ali se formava ou já estava instalada. A relevância era trabalhar uma educação predestinada aos interesses e pretensões, crenças e religião europeia.

Contudo, era um modelo de escola implantado pela elite portuguesa desde a chegada de Pedro Alvares Cabral, no século XVI, ano de 1500, tendo como objetivo explorar as riquezas que a nova terra oferecia e não o de educar. Sendo colocado em prática a catequização, pretendendo a alienação dos nativos ao uso da fé.

No período posterior com a expulsão e extermínio dos índios, assim como a divisão das terras em capitanias os europeus começaram a explorar negros trazidos da África para realizar trabalho braçal nas lavouras, sendo ignorado totalmente seus saberes e costumes e obrigados a viver em regime de escravidão. Esse processo de segregação desses povos tem influência direta com a marginalização e

desvalorização de uma educação para população do campo, visto que o percurso histórico do Brasil apresenta uma pequena quantidade de pessoas detendo todo o poder e explorando e ao mesmo tempo manipulando a massa populacional de acordo com seus interesses, caracterizando a desigualdade social.

Contextualizando, a herança do passado do homem e as consequências desse processo THOMPSON (1978) afirma que:

“O passado humano não é um agregado de histórias separadas, mas uma soma unitária do comportamento humano, cada aspecto do qual se relaciona com outros de determinadas maneiras, tal como os atores individuais se relacionavam de certas maneiras (pelo mercado, pelas relações de poder e subordinação, etc.)”. (THOMPSON, 1981, p. 50).

A história da educação do campo no Brasil está ligada aos aspectos sociais, culturais e políticos, tendo sua trajetória relacionada a movimentos e lutas sociais. Esses movimentos começam a acontecer quando a sociedade se conscientiza e passa a reivindicar seus direitos, nessa perspectiva ARROYO (2004), disserta o seguinte:

O movimento social no campo representa uma nova consciência do direito à terra, ao trabalho, à justiça, à igualdade, ao conhecimento, à cultura, a saúde e à educação. O conjunto de lutas e ações que os homens e mulheres do campo realizaram, os riscos que assumem, mostra quanto reconhecem sujeitos de direitos (ARROYO, 2004, p. 73)

No final do século XIX inicia-se um movimento educacional no Brasil chamado ruralismo pedagógico, que se configurou como mais uma etapa ligada ao processo histórico da educação do campo. Seus principais defensores e educadores tinha como ideia central a formação do camponês e sua permanência no campo através dessa formação.

Nesse período ainda existia uma forte presença do coronelismo no campo, onde a política era adotada pelos grandes latifundiários e coronéis que exerciam seu poder sobre os seus dependentes. Além da subordinação econômica existia a subordinação política, estabelecida pelo chamado “voto de cabresto” onde o voto da população rural era decidido pelo seu patrão. Dessa forma, a alternância do poder sempre estava entre os grandes fazendeiros e proprietários, com uma política elitizada e voltada aos seus interesses.

Para Nagle (1974),

“O coronelismo foi o formador da base da estrutura de poder no Brasil e que sua supremacia incontestável permaneceu durante a Primeira República. Originado da distribuição de postos honoríficos da Guarda

Nacional, o sistema coronelista não é interrompido com o advento do novo regime republicano; ao contrário, é continuamente alimentado pelo desenvolvimento das formações oligárquicas e atinge um ponto mais alto com a chamada “política dos Governadores”. A implementação do regime republicano não provocou a destruição dos clãs rurais e o desaparecimento dos grandes latifúndios, bases materiais do sistema político coronelista” (NAGLE, 1974, p. 3- 4).

Passado o período de comando da política brasileira por políticos ligados a oligarquias rurais, surge a descentralização desse processo com o governo Vargas (1930 a 1934), que diante de ameaças e disputas conseguem convocar eleições no ano de 1933 e também a promulgação da constituição de 1934, que traria propostas renovadoras para a educação.

Nesse período surge a reforma Francisco Campos, que dentre suas medidas está a criação do conselho Nacional de Educação e a organização do ensino secundário que aconteceria em sistemas. Essa reforma pode ser vista como um marco, em que pela primeira vez a educação do campo é tratada na história do país, apesar de ainda ser muito tímida a discussão da educação rural, em um país que era considerado extremamente agrário para os padrões da época.

A educação entra em debate com foco no combate aos altos índices de analfabetismo, consequência do processo histórico descrito anteriormente, trazendo junto a essa proposta o fortalecimento do nacionalismo diante da forte imigração ocorrida no final do século XIX. Nesse cenário surge o otimismo pedagógico para reverter o pensamento educacional em primeiro plano ao antigo pensamento político, justificada nas citações de Nagle, 1975, contextualizando que a educação é a principal ferramenta para derrubar a oligarquia,

“as oligarquias só podem ser combatidas pelo esclarecimento que a educação proporciona, pois elas se sustentam graças à ignorância popular; fruto da falta de patriotismo e da ausência de cultura `prática` ou de formação técnica, as dificuldades econômico-financeiras são eliminadas por virtude da educação, formadora do caráter e das forças produtivas; os empecilhos de uma sociedade aberta encontram-se na grande massa analfabeta e na pouca disseminação da escola secundária e superior, que impedem o alargamento na composição das elites´ bem como o necessário processo de sua circulação”. (NAGLE, 1975, p.263).

Apesar de tímida essas reformas tentaram implantar no meio rural a escola primária normal, com intuito de combater o êxodo rural, diante do forte processo de industrialização no país, com adesão de vários profissionais da educação ao ruralismo pedagógico, promovendo uma formação que contribuísse através de suas ações a

fixação do homem no campo e sua ligação com o mundo do trabalho.

As mudanças voltadas para a educação do campo por meio do ruralismo pedagógico, propõem uma educação diferenciada no seu currículo, método e o professor, desenvolvendo um trabalho que resgate e incentive, a vivência no campo, valores, práticas agrícolas e o trabalho rural.

Após 1934 outras iniciativas surgiram direcionadas a educação do campo como, a criação da Sociedade Brasileira de Educação Rural, objetivando expandir o ensino e preservar as tradições culturais. Por volta de 1940, surge a Comissão Brasileira Americana de Educação das Populações Rurais, para implantar projetos de educação e desenvolver as comunidades rurais.

Vários programas surgiram com o objetivo de diminuir o índice de analfabetismo e introduzir o ensino no meio rural, como o EDURURAL, MOBREAL, assim como a adaptação do calendário escolar aos períodos de colheitas e outras necessidades do homem do campo de acordo com a lei 5.692/71.

Mesmo com essas iniciativas e programas voltados para a educação do campo, foi a partir da década de 1980 que através do MST, com reivindicações e lutas dos movimentos sociais que surge novas propostas e projetos de políticas públicas para uma educação do campo.

Nesse novo projeto é defendida uma educação pensada para o campo que ensine a realidade em que as pessoas vivem, para que a partir daí se elabore um pensamento crítico e reflexivo acerca da problemática. Não cabe mais nessas novas conquistas dos movimentos sociais, ideias prontas que fujam da realidade rural, mas propostas elaboradas junto com os agentes que convivem essa realidade.

Nesta linha de pensamento CALDART, 2007, reflete e expressa o seguinte:

Não tem sentido, dentro da concepção social emancipatória que defendemos, afirmar a especificidade da Educação do Campo pela educação em si mesma; menos ainda pela escola em si mesma (uma escola específica ou própria para o campo). Isso é reducionismo; politicamente perigoso e pedagogicamente desastroso (CALDART, 2007, p. 3).

Dessa forma, a educação do campo vem sendo conquistada diante de inúmeras dificuldades desde o início de sua discussão e efetivação na prática. O exposto aqui baseado nos projetos e documentos já idealizados, afirmam que o currículo da educação do campo deve perpassar o viés de escola do campo e considerar as práticas sociais, tendo os sujeitos como seres coletivos, já que essas

conquistas já idealizadas foram lutas dos movimentos sociais pela igualdade, pela terra, pelo trabalho e a favor da democratização, participação na política, acesso à cultura e defesa do meio ambiente.

2.1 A educação do campo nas leis: Um breve relato

Apesar de ter sua formação advinda de atividades agrárias, o Brasil passou muito tempo ignorando a educação para o campo, como uma necessidade à progressão das comunidades rurais. Evidenciado pela concentração de poder desde o período colonial, a maior parte da população vivia em estado de servidão, sendo entendido que lhes era ensinado apenas o que interessava à elite dominante.

A desvalorização de uma educação para o campo está comprovada no processo histórico desse país e nas leis formuladas. Mesmo sendo de formação eminentemente agrária a educação rural vem aparecer pela primeira vez em um documento constitucional de 1934, que elabora ideias do movimento renovador, trazendo grandes reformas na educação como a de Francisco Campos que abrange o ensino secundário e superior. Posteriormente, criou-se também o Plano Nacional de Educação, organizando o ensino em sistemas e também a instituição dos conselhos de educação.

A constituição de 1934 assegura as seguintes direitos a educação rural em seu Artigo 156. A União, os Estados e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos, na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos. Para realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará, no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual. Nessa perspectiva, percebemos que as conquistas ainda eram muito frágeis, podendo ser entendida como uma forma da elite dominante controlar o povo, visto que na época o país ainda tinha a maior parte da população vivendo no campo, realizando uma educação de dominação, com informações prontas de acordo com seus interesses.

O artigo 132 da constituição em análise reafirma ainda o poder de dominação por parte de uma pequena parcela da população, destacando que o Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às já fundadas por associações civis, tendo umas e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como lhe promover a disciplina moral e o adestramento

físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação.

Já a constituição de 1946, apresenta a educação do campo na sua composição, porém de forma vaga e responsabilizando as empresas agrícolas pela sua efetivação. O artigo 168 no seu inciso III, apresenta a seguinte informação, a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. As empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalham mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e para os filhos destes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, de 1961, revela uma preocupação com a migração da zona rural para a cidade, apresentando a educação para as áreas rurais com objetivo de amenizar esse processo e migratório que já estava gerando grandes problemas habitacionais e de pobreza nas cidades. Na LDB de 1971, sancionada no período do regime militar, apresenta como principal função a educação utilitarista com a formação voltada para o mercado de trabalho e que atenda aos interesses da elite dominante, para a zona rural a formação tinha o mesmo direcionamento de formação geral e utilitarista.

A constituição de 1988 marcou a educação brasileira, pois deu garantia a vários direitos que concretiza a verdadeira educação contextualizada, como os direitos sociais e políticos. Além disso, o ensino obrigatório e gratuito no artigo 208, onde nesse entendimento a educação escolar do campo passa a ser tratada como um segmento específico. Na LDB de 1996 alguns de seus artigos tratam a diversidade sociocultural, a igualdade, à diferença, possibilitando agora um direcionamento mais específico para a educação do campo, sem desintegrar da educação nacional. Nesse novo processo há uma substituição da adaptação pela adequação tanto de conteúdos como de metodologias levando em conta a realidade da comunidade local.

O Plano Nacional de Educação criado no ano de 2001 também inclui a escola rural nas suas propostas, mas aproxima muito da educação urbana, quando aprova o ensino em séries e universaliza o transporte escolar, podendo proporcionar o fechamento de escolas rurais e o deslocamento dos alunos do campo para a cidade.

Para finalizar no ano de 2001 foi aprovado as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das escolas do campo, que tem importância singular no processo de conquistas dos movimentos sociais, como reconhecer a diversidade dos povos do campo e de valorizá-los. Além disso, os conteúdos podem ser adequados a realidade

local, e os professores trabalhar de forma contextualizada com o referencial de acesso à economia, sociedade e cultura.

3 A EDUCAÇÃO E A REPRODUÇÃO DA POBREZA NO BRASIL

Neste tópico iremos nos deter a falar sobre o sistema educacional e o retrato da pobreza no Brasil. Abordar sobre a desigualdade social é fazer referência a algo corriqueiro ao cotidiano de muitas famílias das grandes cidades brasileiras, assim como as que vivem em cidades do interior e no campo das diferentes regiões desse país.

É um acontecimento que tem se caracterizado como marca de algumas cidades urbanas, mas que não é só um retrato de centros urbanos, pois também encontramos essa situação em famílias que residem em situações de vulnerabilidade social e financeira na zona rural.

O Brasil é um país que apresenta rastro da desigualdade social e da pobreza durante todo o seu período histórico, desde o período de colonização que proporcionou um desenvolvimento tardio e conseqüentemente uma dependência econômica. Dessa forma, com a concentração de renda, aumento populacional, industrialização e mecanização e a urbanização desordenada, várias pessoas vivem na pobreza e abaixo da linha da pobreza. Essa situação também está diretamente ligada a ausência de assistência básica de qualidade para a população, como saúde e educação que são os pilares do desenvolvimento de qualquer sociedade.

Apesar do Brasil aparecer nas estatísticas como a sexta maior economia do mundo, este apresenta índices de pobreza ainda muito elevados, comprovando a grande concentração de renda e a desigualdade social existente entre sua população. Esse quadro social representa na realidade deste país, indicadores sociais de educação baixos, apresentando taxas de evasão escolar, escolas com estruturas precárias, falta de assistência e acompanhamento para alunos portadores de alguma necessidade especial, profissionais sobrecarregados e um distanciamento da relação entre a realidade pedagógica trabalhada e a realidade social dessas camadas marginalizadas pelas conseqüências da pobreza.

Para tanto, Garcia (2003) faz uma síntese sobre a herança da pobreza e desigualdade que o Brasil arrasta na sua estrutura social até os dias atuais,

“O destino não estava traçado e o caminho não era único, ainda que

o passado tenha o seu peso no presente. O Brasil foi fundado sobre o signo da desigualdade, da injustiça, da exclusão: capitâneas hereditárias, sesmarias, latifúndio, Lei de Terras de 1850 (proibia o acesso à terra por aqueles que não detinham grandes quantias de dinheiro), escravidão, genocídio de índios, importação subsidiada de trabalhadores europeus miseráveis, autoritarismo e ideologia antipopular e racista das elites nacionais. Nenhuma preocupação com a democracia social, econômica e política. Toda resistência ao reconhecimento de direitos individuais e coletivos” (GARCIA, 2003, p. 9).

A pobreza é a consequência das ações do homem e seu pensamento relacionado a aceitação de convivência com a situação. No caso do Brasil a pobreza não existe por falta de recursos mas, pela distribuição desigual deles. Dessa forma uma pequena parcela detém a maior parte dos bens, ficando uma grande parcela vivendo em condições mínimas ou abaixo disso, acarretando a reprodução da miséria nas classes marginalizadas pela distribuição de renda desigual.

Esse contexto está presente nas diferentes regiões do país, apresentando altos índices de falta de saneamento básico, desemprego, moradia, saúde assim como também a violência, analfabetismo e desestrutura familiar; acarretando uma tendência aos jovens reproduzirem o modo de vida de seus pais ou da comunidade em que vive.

A reprodução da pobreza está ligada as dificuldades que as pessoas passam em progredir na vida, devido à falta de oportunidades e os obstáculos a serem enfrentados, que são maiores do que uma pessoa que vive fora da linha da pobreza enfrenta. Muitas vezes essa situação não é enfrentada e a população acaba entendendo a pobreza como algo já estabelecido, sem perspectiva de lutar para evoluir e buscar alternativas que possibilite a progressão e sair daquela situação.

A pobreza em seus diferentes conceitos não se define apenas pela ausência de renda, existem inúmeros fatores que possibilitam o entendimento da pobreza no Brasil, falar em pobreza remete-nos, também, a falar de não acesso, de vida, de culturas, de exercício de cidadania, aspectos que não são mensurados economicamente, mas que, sem dúvida imprimem uma marca no sujeito.

A escola pode ser vista como uma das ferramentas de reprodução da desigualdade, pois sabe-se que a escola e o modelo de cultura escolar surgiu com o nascimento do estado-nação com objetivo de criar uma única cultura que era o que servia aos interesses das classes dominantes da época.

O exército e a escola foram os disseminadores desse processo de

ressignificação cultural e social. O exército foi o instrumento utilizado para dominar e acabar com os que não aceitavam um poder único e a escola teve papel fundamental nesse processo, que foi criar uma cultura única, que deveria ser compartilhada por todos os cidadãos.

Dessa forma, a escola pública hoje que deveria ser o local de debater a pobreza e a multiculturalidade, acaba por reproduzir e reforçar a problemática da desigualdade social, econômica e política, reafirmando o processo de reprodução da pobreza, sem levar em consideração a extensão social e cultural dos alunos fora do ambiente escolar.

Diante desse distanciamento entre as propostas de um modelo de escola igual para todos, surgem alguns grupos e movimentos sociais contrários a esse sistema para lutar por um modelo de escola que abranja a universalidade, pois sabe-se que ainda se presencia uma segregação e discriminação dos sujeitos que não possuem um padrão de cidadão que a modernidade construiu.

A partir dessa problemática os movimentos sociais lutam para diminuir o distanciamento entre a escola e a cultura do modo de vida das crianças e jovens que muitas vezes não conseguem se identificar com as normas e lógicas impostas pelas regras das escolas, que não envolve seus conhecimentos, valores, expressões e pensamentos no desenvolvimento pedagógico para formação. Sendo vistos como algo negativo, o que acaba tornando a escola sem nenhum significado para aquele indivíduo, Arroyo (2012) disserta sobre a resistência dessas barreiras de reprodução da pobreza nas escolas,

“Nesse quadro de exclusividade pedagógica tão institucionalizada resulta politicamente desestruturante que esses seres pensados inferiores, portadores de saberes inferiores se afirmem sujeitos de outras Pedagogias e de outros saberes e façam desse território tão cercado um campo de disputa política. “Ocupemos o latifúndio do saber”. É pedagógico que resistam aos currículos, às instituições da ciência moderna tão cercadas com a mesma lógica política com que lutam contra as cercas da propriedade privada do agronegócio, que aproximem a luta da reforma agrária com as lutas pela reforma educacional. Que articulem as lutas pelo direito à terra, e a vida com direito ao conhecimento, à escola, à universidade”. (ARROYO, 2012, p. 33)

Nessa luta a escola pode ser vista como lugar de transformação social, com intuito de formar pensamentos críticos, que possibilite a construção de um mundo menos desigual, e assegure sua diversidade, essas lutas já possibilitaram o surgimento de políticas públicas mais democráticas, podendo construir uma escola

comprometida com a transformação social. No entanto, ainda existe um forte enraizamento voltado para a centralidade nas escolas, sendo preciso difundir o que já foi conquistado através das leis nas práticas pedagógicas por todos que fazem a comunidade escolar.

3.1 Educação e desigualdade de renda no Brasil

Uma das características que sempre marcou a realidade social do Brasil é o baixo nível de qualificação das pessoas. É difícil um país aparecer como a sexta maior economia mundial e com índices de escolaridade tão baixo.

A desigualdade social com a pobreza, vai levar em conta alguns fatores para o seu entendimento e relação com a educação. A primeira é reconhecer que é necessário uma reflexão sobre as práticas pedagógicas e ações da gestão educacional, não apenas no sentido de apontar para o grande número de meninos e meninas pobres no interior das escolas, mas como as suas vivências demandam suas práticas.

Segundo o censo escolar do ano de 2013 a pobreza está presente nas escolas com 17 milhões de crianças e adolescentes inseridos no Programa Bolsa Família, frequentando a escola. Porém, os números podem ser bem mais acentuados devido a outros problemas, como a evasão escolar, o que impede que o indivíduo seja integrado nas estatísticas oficiais.

O sistema educacional configura-se da capacidade das relações sociais e de produção, que dividiram e ainda continua a dividir a sociedade em vários grupos econômicos diferentes.

De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal (BRASIL, 2007),

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2007).

O direito à educação, saúde, assistência e tantos outros, estão assegurados para cada indivíduo pela Constituição Federal. Todas as pessoas possuem seus direitos e seus deveres perante a sociedade e a obrigação de cobra-los quando são violados.

Para Paulo Freire (2003) “a educação sempre implica programa, conteúdo, método, objetivos”, é um direito em que as pessoas têm de saber melhor sobre aquilo

que as mesmas já detêm conhecimento.

A Educação, no seu amplo sentido, concebe em ser aquilo tudo que pode ser realizado para o desenvolvimento do ser humano, sendo assim, representa a condução e também o desenvolvimento das competências e das habilidades que serão apreendidas nesse processo de ensino e aprendizagem realizado dentro de uma unidade escolar.

O conceito de desigualdade social se concentra na diferenciação social entre todos os indivíduos constituídos de direitos e deveres, ou seja, são as diferentes formas sociais que as pessoas possuem, as rendas que recebem para sobreviver que diferenciam as classes baixas, médias e altas.

Em nossa sociedade nos deparamos com muitas situações onde normas e regras acabam por dizer as posições à procura de defender o desenvolvimento do capital e dos interesses da classe social que está no “poder”. Temos a consciência de que as regras não são criadas de acordo com o interesse de todos, mas sim de apenas alguns grupos restritos, por isso, existe a desigualdade social, por ter pessoas que quanto mais tem, mais quer ter ainda, e esquece de exercer a sua cidadania e a consciência que existem outras pessoas que precisam também.

O Brasil foi um país colonizado pelos portugueses com o objetivo de explorar apenas os recursos naturais que aqui estavam disponíveis em nosso extenso território. Com o princípio do desenvolvimento e da exploração territorial, o projeto não continha interesses de melhorar o país juntamente com as condições dos que aqui viviam.

De acordo com Prado Junior (2004) “A ideia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América...”. (PRADO JUNIOR, 2004, p. 23). O autor quer dá a visão que a desigualdade não é uma coisa nova, ou adquirida há pouco tempo, mais sim que já vem ocorrendo há muitos e muitos anos.

O interesse pelo ter sempre existiu, o que mudam são as técnicas para conseguir, e muitas delas, se não todas, são usada com o objetivo de ganho próprio, ou para a classe que lhe favoreça.

Dessa desigualdade nos deparamos com casos de pobreza e até extrema pobreza de muitos brasileiros que vivem pelo nosso país, e em relação ao mundo, também encontramos a pobreza em outros lugares, como por exemplo, no continente Africano.

Podemos entender que pobreza é decorrida da ação humana, sendo assim,

o resultado das formas como os mesmos pensam, interpretam e direcionam a construção da história, e de que forma aceitam os padrões para a sobrevivência de cada pessoa inserida dentro da sociedade. A existência da pobreza em nosso país não decorre pela falta de recursos, mas sim pela desigual distribuição dos mesmos. Assim o país aparece com um dos maiores índices de desigualdade do mundo, mesmo sendo um país rico.

Vemos que a pobreza se apresenta em forma de representação dominante, que se modificou muito pouco, no decorrer do processo de desenvolvimento, mesmo sendo, indagada e estudada tendo como objetivo conseguir seu enfrentamento, ainda apresenta a representação social que mostra como prioridade o desenvolvimento do capital e também o bem-estar das pessoas inseridas nestas relações capitalistas.

Segundo Costa (2005),

Afirmamos que a pobreza, como fenômeno humano, resulta diretamente das decisões políticas. Porém, as decisões políticas são tomadas a partir da racionalidade do capital, já que na sociedade moderna as necessidades humanas estão subordinadas a lógica econômica da rentabilidade do capital. Desta forma, é o homem que serve à produção, realizada somente na medida em que recria o capital em escala ampliada. (COSTA, 2005, p. 172 e 173).

Desse modo, para que aconteça o enfrentamento sobre a problemática abordado da pobreza, se faz necessário que ocorram investimentos, modificações e planejamentos. É primordial realizar um esforço coletivo, para que essa desigualdade, essa pobreza seja minimizada e a educação seja usada como agente transformador dos que vivem na situação de pobreza.

3.2 O modo de vida da escola no campo

Ao abordamos sobre a temática da educação no campo é importante termos em mente a diferença entre a Educação Rural e a Educação do Campo.

Segundo Camacho (2011) e Ribeiro (2013) a Educação Rural é aquela domesticadora, neoliberal e urbanizada, que é comprometida com a reprodução do processo de manutenção do campesinato e da sua subordinação. Nasce em meio às elites agrárias, como prática de superação da cultura camponesa. Em relação à Educação do Campo, é formada no Movimento Camponês, com o pensamento da construção de uma educação humana e emancipatória. Ela promove a articulação à vida, trabalho, e aos saberes das práticas sociais dos camponeses.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 estabelece em seu Artigo 205, a seguinte informação,

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988)

Todas as pessoas possuem seus direitos e seus deveres, e isso está posto na constituição como podemos ver, o que também está é que esses direitos e deveres devem estar assegurados, e que todos possam gozar de seus direitos, assim como cumprir com seus deveres.

A educação é um direito essencial e fundamental à vida de um ser humano, o que contribui para que aconteça o desenvolvimento da cidadania, e que essa pessoa consiga um lugar, um espaço no meio social. Mas nem sempre todos os direitos são respeitados, cumpridos e até mesmo protegidos.

De acordo com Caldart (2002) que ao discutir sobre a Educação do Campo, menciona o seguinte

A educação do campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem o direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. [...] não pode ser tratada como serviço, nem como política compensatória; muito menos como mercadoria. (CALDART, 2002, p. 26).

A luta dessas pessoas que vivem no campo por uma educação, é direito deles, e está assegurado na constituição como já mencionamos. Eles tem o direito de estarem aprendendo a ler, escrever.

São muitas as adversidades que se apresentam sobre o morador do campo, fazendo com que ele não tenha como estudar desde pequeno, muitas vezes tem que trabalhar cedo, para ajudar seus pais, e com isso vai crescendo fora da escola, pois em muitas localidades só possuem escolas nas cidades, e algumas delas muito longe.

São por estas e outras justificativas que eles lutaram por uma escola, por uma educação dentro do campo, que possibilite quando ao anoitecer, eles irem a escola para aprender. Muitas são as lutas deste povo sofrido, mais também muitas são as vitórias já conquistadas. Povo sofrido que mesmo em meio a tanta falta de recurso, ainda sim, lutam por uma vida melhor, por um trabalho digno, e sabem que onde encontrarão é por meio da educação.

É importante lembrar que uma escola no campo não deve ser criada de acordo com os pensamentos de uma escola urbana, ela deve ser pensada para os cidadãos que habitam esta localidade, ser pensada pelos sujeitos que ali vivem, para que se sintam membros a este ambiente, protagonistas da construção desta instituição.

A educação a ser oferecida precisa possuir a capacidade de compreender as especificidades do homem da cidade e do homem do campo, as diferenças entre os modos de vida, os espaços e a vivência destes sujeitos.

3.3 A (des)valorização da educação do campo: Limites e avanços

Visto a necessidade de compreender a História sobre a Educação do Campo, dividiremos o processo em três momentos: a negação; a preocupação; a valorização e os avanços na Educação do Campo.

O primeiro período aborda a negação dos sujeitos do campo como pessoas sociais e indivíduos brasileiros nas políticas educacionais públicas, e que ocorreu desde a colonização até a década de 1930.

Em relação ao segundo período, ele foi marcado pela preocupação com a Educação Rural, em função da migração campo para a cidade e pelas ações educacionais populares e também dos movimentos sociais dos camponeses perante o Estado.

O terceiro período é marcado pela a interrupção da Educação Rural e o surgimento da Educação do Campo, onde o Estado faz reconhecer a identidade como também à cultura dos povos do campo.

De acordo com Nascimento (2009),

O Brasil mesmo considerado um país eminentemente agrário, sequer mencionava acerca da educação rural em seus textos constitucionais de 1824 e 1891, o que evidencia dois problemas de governança pública, a saber: o descaso por parte dos dirigentes com a educação destinada aos camponeses e resquícios de uma cultura política fortemente alicerçada numa economia agrária com base no latifúndio e no trabalho escravo. (NASCIMENTO, 2009, p. 160).

O Brasil desde sempre é visto como um país agrário mais que não possuía menção sobre a educação rural, algo desigual, haja visto, a predominância de sua população.

Com o término da segunda Guerra Mundial, por volta do ano de 1945, a

temática da educação rural, esteve como principal assunto do governo federal. Sendo até iniciada a Comissão Brasileira de Educação das Populações Rurais (CBAR) que era destinada a:

Implantar projetos educacionais na zona rural e o desenvolvimento das comunidades campestres, mediante a criação de Centros de treinamento (para professores especializados que repassariam as informações técnicas aos rurícolas), a realização de Semanas Ruralistas (debates, seminários, encontros, dia de campo, etc.) e também a criação e implantação dos chamados Clubes Agrícolas e dos Conselhos Comunitários Rurais. (LEITE, 2002, p. 32).

Podemos verificar já a mudança de visão do governo para com a temática da educação do campo, já vemos os investimentos em centros de treinamento para os professores com o objetivo de repassar aquilo que sabem a esses camponeses. É o homem do campo passando a ganhar vez e voz dentro da sociedade, assim como também oportunidades no meio em que vive.

Em meados de 1960, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4024/61 é sancionada, mas não existe a preocupação a respeito da educação rural, mas sim com a educação urbana. Segundo a lei, ela deixa a responsabilidade sobre a educação rural a critério dos municípios, o que sabemos que é uma situação precária para o homem do campo, pois como são municípios pequenos, estes não tinham estruturas para sustentar uma educação do campo.

Cabe salientar, porém, que existem ressalvas de que os presentes avanços não devem e não podem ser analisados sem considerar o fato de enfrentarmos problemas graves em relação às perdas dos direitos do homem do campo, isto é, a melhoria na garantia sobre o direito à educação deve estar vinculado à garantia também do direito à terra, ao trabalho e à justiça social.

Com tantas transformações decorridas desde muitos anos a democratização deve ser realizada para oferecer acesso a quem quer que seja. Os movimentos sociais do campo, ao buscarem os espaços de ensino escolar, em todos os níveis de educação escolar, propõem a questão de separação entre mecanismos de produção do conhecimento e vida real dos educandos.

Segundo Caldart (2010a):

A democratização exigida, pois, não é somente do acesso, mas também da produção do conhecimento, implicando outras lógicas de produção e superando a visão hierarquizada do conhecimento própria da modernidade capitalista. (...) Esta compreensão sobre a necessidade de um “diálogo de saberes” está em um plano bem mais

complexo do que afirmar a valorização do saber popular, pelo menos na discussão simplificada que predomina em meios educacionais e que na escola se reduz por vezes a um artifício didático vazio. O que precisa ser aprofundado é a compreensão da teia de tensões envolvida na produção de diferentes saberes, nos paradigmas de produção do conhecimento. (CALDART, 2010, p. 112).

Dessa forma, a escola do campo pode apresentar-se como uma das protagonistas na criação de melhorias que ajudem na promoção do desenvolvimento das comunidades camponesas, além também das funções que são reservadas à escola, de socialização das novas gerações e de transmissão de conhecimentos. Para isso, existe a necessidade de que ocorra a promoção do seu interior sobre as importantes transformações.

4 O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: DA VIDA À ESCOLA

No presente tópico, discorreremos sobre a história das escolas do campo, onde foram pensadas de acordo com um modelo de educação implantada na cidade, e assim, desconsiderando as diferenças sociais, culturais, econômicas, políticas e de ambientais do meio rural.

Neste processo está ligado o aspecto de negação do campo enquanto espaço de produção cultural, econômica e política, sendo influenciado pelo capitalismo.

Assim, mencionar sobre a organização do currículo das escolas do campo é perceber a forma vertical e fragmentada, sem se preocupar com o aprofundamento do saber escolar e também a articulação com os saberes sociais produzidos pelos alunos.

4.1 O livro, a escola e o aluno: Os valores da vivência no campo

A caracterização da educação escolar ocorre pela intervenção do didático-pedagógica que se coloca entre os conhecimentos práticos e os teóricos. Assim, as expressões como também os conteúdos necessitam se adequar tanto à situação específica da escola do aluno quanto às diferentes formas de saberes a que recorrem.

Os documentos incluídos ao ensino mostram a importância de se utilizar tanto a instrução como também a formação para a cidadania como objetivos da educação.

Levando em consideração à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, localizaremos alguns artigos que fazem menção a esses dois objetivos, BRASIL (1996):

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. [...] Art. 9º A União incumbir-se-á de: [...] IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum; [...] Art. 27º. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática; BRASIL (1996).

Segundo os artigos supracitados pela LDBEN 9394/96 é notório perceber que é realizado um destaque aos dois objetivos, o da instrução e a formação. A instrução, pode-se ver como a necessidade de um currículo que garanta conteúdos mínimos como também uma formação básica comum e a formação para a execução da cidadania, o que o autor Araújo (2003) prefigura e defende como formação ética dos cidadãos e cidadãs futuros.

É bastante corriqueiro ocorrer dúvidas acerca do trabalho sobre os valores na escola. Os valores é um assunto que está constantemente associado à família, o processo de formação dos valores é bastante complexo e requer que haja um desenvolvimento sobre os aspectos sociais, culturais, psíquicos, políticos, afetivos, entre outros. Por meio disso, acreditamos que o âmbito escolar tem em muito a ajudar e auxiliar no processo de formação em valores das futuras gerações.

Nos reportando agora para a utilização do livro didático por professores e estudantes, a sua escolha depende de muitos fatores, como a importância das funções pedagógicas, ver a escolaridade do aluno, e se é condizente com a realidade.

Segundo o autor Romanatto (1987):

[...] o livro didático ainda tem uma presença marcante em sala de aula e, muitas vezes, como substituto do professor quando deveria ser mais um dos elementos de apoio ao trabalho docente. ...os conteúdos e métodos utilizados pelo professor em sala de aula estariam na dependência dos conteúdos e métodos propostos pelo livro didático adotado. Muitos fatores têm contribuído para que o livro didático tenha esse papel de protagonista na sala de aula. ... um livro que promete tudo pronto, tudo detalhado, bastando mandar o aluno abrir a página e fazer exercícios, é uma atração irresistível. O livro didático não é um mero instrumento como qualquer outro em sala de aula e também não

está desaparecendo diante dos modernos meios de comunicação. O que se questiona é a sua qualidade. Claro que existem as exceções (ROMANATTO, 1987, p.85).

O livro didático tem o papel de ser auxiliador do professor dentro da sala de aula, e não de tomar o espaço do docente enquanto a sua função. A finalidade do livro não deve e nem pode ser só “bater a capa” como muitos dizem, mais sim em ser suporte para que o professor juntamente com outras formas possam levar a abordagem para dentro da sala de aula.

É indispensável conhecer seu valor e reconhecer que é importante sim a utilização do livro, do material didático nas aulas, mas o preocupante é que existe visões que acreditem que só pelo livro o conhecimento é repassado.

Lopes (2007) menciona que mesmo com a dependência do professor em relação ao livro didático, devemos admitir que existem bons livros didáticos e que são parte fundamental da qualidade da educação. Assim como a autora, também reconhecemos que existem alguns professores com deficiência na sua formação e um livro didático de boa qualidade colabora também para a qualificação das atividades docentes desenvolvidas em sala.

Dessa forma, o professor, com a escolha do livro didático deve analisar, entre outros critérios, a proposta pedagógica, os modos de contextualização e apresentação dos conteúdos, nível de complexidade, a realidade do aluno e o seu nível de escolaridade.

A importância do livro não pode ser relacionada apenas aos aspectos pedagógicos e dentro da aprendizagem dos estudantes. Além do processo de propagação do conhecimento, o livro ajuda na formação dos alunos como um cidadão político, cultural e científico, proporcionando assim que sejam capazes de serem autores principais de sua própria história.

O livro didático da educação do campo deve levar ao aluno, a permanência de sua realidade, pois os mesmos não estão a par da forma como os alunos da cidade estudam.

A educação do campo e os seus alunos devem ser levados com mais atenção, pois a sua realidade é diferenciada, e deve ser trabalhada de acordo com as vivências dos alunos, levando em consideração o seu conhecimento prévio, o que ele já entende, o que domina.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para discutir o currículo e a educação do campo é necessário, portanto, fazer um resgate histórico conceitual dos diferentes processos e etapas da educação no Brasil e as conquistas e desafios enfrentados para implantação da educação do campo, atendendo a realidade dos modos de vidas daquela parcela da população.

Constatou-se que a educação desde sua origem no Brasil, foi voltada para atender os interesses das classes dominantes, sem levar em conta o desenvolvimento e a formação pessoal de cada indivíduo. Isso por muito tempo modificou valores, cultura e vivências de muitos indivíduos. A desigualdade social, que desde o início da formação desse povo, possui fortes raízes de manipulação e poder concentrado nas mãos de poucos caminhando junta com a educação proporcionando muitas vezes a reprodução da pobreza.

Para que a educação do campo tivesse legitimidade foi necessário a intervenção de diferentes movimentos sociais, que defendem o direito a uma educação voltada para o campo e regularize o respeito aos valores culturais reconhecidos como conhecimento do censo comum e inter-relacionado com os conteúdos curriculares.

O currículo da educação do campo deve ser entendido como uma extensão das relações sociais da vida no campo com as práticas pedagógicas dentro da escola, uma articulação que difere das definições curriculares padrão que exclui as particularidades, sendo que historicamente as definições para as escolas do campo foram pensadas tendo como modelo a educação implantada nas cidades.

Então, o currículo da educação do campo se concretiza de forma vertical descontextualizada e fragmentada, pois, não se preocupa em aprofundar o saber escolar articulado com os saberes sociais produzidos pelos alunos que vivem a realidade do campo, se tornando um desencontro com a sua realidade. O currículo não pode focar somente nos conhecimentos científicos que apresentam os livros didáticos, devem ter uma relação direta com as vivências e as experiências dos jovens, possibilitando o desenvolvimento de competências e habilidades que englobem o desenvolvimento das atividades sociais, culturais e produtivas do meio rural.

A escola do campo difere da escola no campo, pois esta deve apresentar propostas e metas que contemple a realidade local, assim como o livro precisa conter marcas e presença de identidades rural, para que o aluno se apresente como sujeito

daquele processo e possa entender sua comunidade e o poder de transformação que cada um carrega.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). *Por uma Educação do Campo*. Petrópolis: Vozes, 2004.

ARROYO, Miguel Gonzalez. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis: Vozes, 2012a.

ARAÚJO, Ulisses Ferreira. *Temas transversais e a estratégia de projetos*. São Paulo: Moderna, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). *A questão política da educação popular*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982b.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 40.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4024/61*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm Acesso em 28 out. 2016.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9394, de 26 de dezembro de 1996.

CALDART, Roseli Salete. *Educação do Campo: notas para uma análise do percurso*. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). *Educação do Campo e pesquisa – II: questões para reflexão*. Brasília: Nead. 2010a. p. 103-126

CALDART R. S. Sobre Educação do Campo. 2007. Disponível em: http://web2.ufes.br/educacaodocampo/down/cdrom1/pdf/ii_03.pdf. Acesso em: 08/10/2016.

COSTA, L. C. da. Pobreza, Desigualdade e Exclusão Social, **in Sociedade e Cidadania desafios para o século XXI**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2005.

FREIRE, P. & HORTON, Myles. **O caminho se faz caminhando**: conversas sobre educação e mudança social. 4 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

GARCIA, R. C. Iniquidade Social no Brasil: Uma aproximação e uma tentativa de dimensionamento. IPEA (texto para discussão). Brasília, agosto de 2003.

LEITE, Sergio Celani. **Escola Rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

LOPES, Alice Casimiro. Currículo e Epistemologia. Ijuí: Editora Unijuí, 2007, p. 205–228.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: E.P.U. – Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1974.

NAGLE, J. A educação na primeira república. IN: HOLANDA, S. B. – **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, tomo III: O Brasil Republicano, livro 3º, 1975, p. 259- 291.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ROMANATTO, Mauro, Carlos. A noção de número natural em livros didáticos de matemática: comparações entre textos tradicionais e modernos. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São Paulo, São Carlos – SP, 1987. www.sbempaulista.org.br

THOMPSON, E. P. 1981. **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.